



Encaminhado para Publicação em 17/02/2021

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Av. Joaquim Teotônio Segurado, 102 Norte, Cj. 01, Lts 01 e 02 - CEP 77006-002 - Palmas - TO - www.tce.to.gov.br

PORTARIA Nº 120/2021

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe conferem os art. 131, inciso I, da Lei nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, e o art. 349, inciso I, do Regimento Interno, na conformidade da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000,

RESOLVE:

Art. 1º Republicar o Relatório de Gestão Fiscal do 3º quadrimestre do ano de 2020, na forma do Anexo 1, 5 e 6, em atendimento à Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 2º Disponibilizar o relatório referido no inciso antecedente por meio eletrônico, no Diário Oficial do Estado, no Boletim Oficial do Tribunal de Contas do Estado e na Internet do Tribunal de Contas do Estado, para amplo acesso ao público, em atendimento ao disposto no § 2º, do art. 55, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO, PRESIDENTE**, em 17/02/2021, às 15:32, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.to.gov.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0375212** e o código CRC **C3FF10C6**.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Centro TCE-TO - CEP 77000-000 - Palmas - TO - www.tce.to.gov.br

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL Nº 3/2021

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	AGOSTO	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO	DEZEMBRO	TOTAL
	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	2020	(ULTIMOS 12 MESES) (a)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	6.702.647,67	6.836.986,16	6.551.278,83	6.372.421,97	6.378.180,18	6.390.007,21	6.500.019,91	6.365.845,82	6.481.633,12	6.304.310,13	6.397.955,80	13.018.826,17	84.300.112,97
Pessoal Ativo	6.702.647,67	6.836.986,16	6.551.278,83	6.372.421,97	6.378.180,18	6.390.007,21	6.500.019,91	6.365.845,82	6.481.633,12	6.304.310,13	6.397.955,80	13.018.826,17	84.300.112,97
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	5.441.493,70	5.600.083,80	5.326.197,36	5.153.302,75	5.158.911,91	5.168.832,52	5.277.903,45	5.149.621,31	5.270.084,00	5.102.289,36	5.200.659,99	10.628.539,43	68.477.919,58
Obrigações Patronais	1.261.153,97	1.236.902,36	1.225.081,47	1.219.119,22	1.219.268,27	1.221.174,69	1.222.116,46	1.216.224,51	1.211.549,12	1.202.020,77	1.197.295,81	2.390.286,74	15.822.193,39
Benefícios Previdenciários													
Pessoal Inativo e Pensionistas													
Aposentadorias, Reserva e Reformas													
Pensões													
Outros Benefícios Previdenciários													
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)													
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	110.322,07	428.404,86	148.374,12	3.607,33	-	-	109.142,81	-	136.161,16	14.944,84	101.067,48	411.631,82	1.463.656,49
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	110.322,07	428.404,86	148.374,12	3.607,33			109.142,81		136.161,16	14.944,84	101.067,48	411.631,82	1.463.656,49
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração													-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração													-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados													-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	6.592.325,60	6.408.581,30	6.402.904,71	6.368.814,64	6.378.180,18	6.390.007,21	6.390.877,10	6.365.845,82	6.345.471,96	6.289.365,29	6.296.888,32	12.607.194,35	82.836.456,48
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR												% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	8.198.916.362,18												-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	4.199.540,53												-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	18.558.224,90												-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL (VII) = (IV - V - VI)	8.176.158.596,75												-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	82.836.456,48												1,01
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	100.566.750,74												1,23
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	95.538.413,20												1,17
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	90.510.075,67												1,11

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para

maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas Liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

Nota²: Não foram consideradas para efeito de limite de pessoal as obrigações patronais referente ao plano de saúde - PLANSÁUDE (R\$ 349.136,32), por não estar abrangido pelo art. 18 LRF, conforme Acórdão TCU nº 894/12.

Nota³: Nos vencimentos e salários foram deduzidos os valores do IRRF sobre folha (15.311.799,86), sobre permanência (1.860.378,27), tempo constitucional de férias (3.045.454,33), conforme determinações da Resolução TCE/TO nº 2/2019 - PLENO.

Nota⁴: RCL ajustada conforme demonstrativo 0EFAZ R\$ 8.944.561.943,71, dedução do IRRF acumulado R\$ 768.403.346,96, conforme Resolução TCE/TO nº 2/2019 - PLENO.

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) ¹	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras					
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício							
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)	(h)		(i) = (g - h)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I)	21.640.224,91	0,00	413.028,66	319.655,21	0,00	0,00	20.907.541,04	7.055.331,89	0,00	13.852.209,15
0100 Recursos Ordinários	21.605.864,11		413.028,66	319.655,21			20.873.180,24	7.055.331,89		13.817.848,35
0236 Outros Recursos não Vinculados	34.360,80		0,00				34.360,80			34.360,80
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (II)	2.509.225,62	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.509.225,62	453.648,66	0,00	2.055.576,96
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação							0,00			0,00
Transferências do FUNDEB							0,00			0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação							0,00			0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde							0,00			0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde							0,00			0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social							0,00			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário							0,00			0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro							0,00			0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto vinculados à Educação e à Saúde)							0,00			0,00
0226 Recursos de Alienação de Bens/Ativos	240.493,77		0,00				240.493,77			240.493,77
0240 Outros Recursos Vinculados (Fundo de Aperfeiçoamento TCE/TO)	2.268.731,85						2.268.731,85	453.648,66		1.815.083,19
TOTAL (III) = (I + II)	24.149.450,53	0,00	413.028,66	319.655,21	0,00	0,00	23.416.766,66	7.508.980,55	0,00	15.907.786,11

FONTE: Sistema SIAFE

NOTA: No campo outros recursos vinculados, consta os valores do Fundo do TCE.

ESTADO DO TOCANTINS - PODER LEGISLATIVO
 TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO/2020 A DEZEMBRO/2020

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida		8.198.916.362,18	
Receita Corrente líquida Ajustada		8.176.158.596,75 (*)	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP		82.836.456,48	1,01
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <-%>		100.566.750,74	1,23
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <-%>		95.538.413,20	1,17
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - <-%>		90.510.075,67	1,11
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL
Divida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		7.508.980,55	15.907.786,11

Nota: * RCL ajustada conforme demonstrativo SEFAZ R\$ 8.944.561.943,71, dedução do IRRF acumulado R\$ 768.403.346,96, conforme Resolução TCE/TO PLENO n° 2/2019.

FONTE: SIAFE TO



Documento assinado eletronicamente por ANGELA MARIA DIAS DA LUZ, COORDENADORA, em 09/02/2021, às 07:47, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO n° 001, de 15 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por ANA LICE PEREIRA LIMA, DIRETOR, em 10/02/2021, às 10:36, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO n° 001, de 15 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por DIOMAR CARNEIRO MOURAO DE PINHO, DIRETOR GERAL DE CONTROLE INTERNO, em 11/02/2021, às 16:00, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO n° 001, de 15 de outubro de 2014.



Documento assinado eletronicamente por NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO, PRESIDENTE, em 11/02/2021, às 17:45, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO n° 001, de 15 de outubro de 2014.

Documento assinado eletronicamente por FLAVIO BRITO TEIXEIRA E SILVA, DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, em 12/02/2021, às 09:00, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO n° 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.tce.to.gov.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0373948** e o código CRC **042284C5**.